



MARIALVA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde faz uso da tribuna

23 de março de 2018

Data	Fonte	Crédito da Imagem
23 de março de 2018	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Edson Oliveira dos Anjos, fez o uso da tribuna antes da sessão ordinária dessa segunda-feira (19), para informar os vereadores a respeito de irregularidades constatadas na estrutura da obra da Unidade do Pronto Atendimento (UPA), no Jardim Eldorado.

Edson explicou que o Conselho Municipal de Saúde tem função de fiscalizar e deliberar sobre temas que tratem de gastos e manutenção do município com relação a atenção básica de saúde. Demais questões, que divergem da atenção básica, o conselho apenas toma nota." Em reunião com o Secretário de Saúde, nós afirmamos que iríamos proporcionar a aquisição, mas que queríamos saber se estava tudo certo com o prédio. Sabemos que o Secretário foi até o local, juntamente com uma equipe, que apesar de não ser técnica em construção civil, constatou a olho nu, algumas irregularidades na estrutura do prédio", relatou.

Edson disse estar preocupado com a situação já que o Município foi contemplado com R\$ 1,345 milhões para a aquisição de matérias permanentes para equipar a UPA. "Imagina se daqui a seis meses, com paciente lá dentro, essa obra vir a ter problemas. Quem vai custear essas reformas? Sarandi passou por um problema desses recentemente. Estou vindo aqui, como usuário, expor minha preocupação e pedir a vocês, Poder Legislativo, que tomem as devidas providências", disse.

Na ocasião, o vereador Wesley Araújo solicitou as atas das três últimas reuniões do conselho. "Vamos obter várias informações com essas atas que serão utilizadas como base para que possamos fazer uma investigação mais aprofundada sobre o caso", disse.

O vereador Onesimo Bassan questionou a inercia do conselho na época em que a UPA foi inaugurada sem estar em plenas condições de funcionamento. "Não se deve inaugurar uma obra inacabada. Tanto que a câmara fez uma lei para tentar impedir que isso aconteça. Agora está uma briga ferrenha para que a empresa venha tomar conta do serviço e regularizar a situação. Espera-se um mês, fala-se com a empresa, notifica e nada se resolve. Aconteceu o mesmo com as CMEIs. A Prefeitura teve que assumir as obras, fora do orçamento, para poder atender algumas mudanças solicitadas pela secretaria de educação, que estavam fora do projeto", comparou.

Questionado sobre o caso, o secretário de saúde informou que esteve em visita ao local no dia 2 de fevereiro, juntamente com a coordenadora de enfermagem e o gerente de contas médicas e que encaminhou um ofício ao Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano com uma lista de oito itens que precisam de reparos e adaptações.

Sobre o tema, o secretário municipal de planejamento e desenvolvimento urbano, Paulo Roberto Ungari, disse que "a obra está encerrada". "O prédio passou pelo crivo dos engenheiros da Sesa (Secretaria de Saúde do Governo do Paraná). Dois oito itens listados pelo secretário de saúde, seis não estão previstos no projeto e outros dois já foram ajustados", afirmou. Ungari disse que a empresa que executou a obra tem responsabilidade sobre a mesma durante o prazo de cinco anos depois de concluída.